

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**SOBRE A REPRODUÇÃO E A DISTRIBUIÇÃO DE
CAPITAL: QUESNAY, SMITH, MARX, LUXEMBURGO**

Rute de Jesus Duarte
Matrícula: 106019545

ORIENTADOR: Prof. Rene de Carvalho

ABRIL 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**SOBRE A REPRODUÇÃO E A DISTRIBUIÇÃO DE
CAPITAL: QUESNAY, SMITH, MARX, LUXEMBURGO**

RUTE DE JESUS DUARTE

matrícula nº: 106019545

ORIENTADOR: Prof. Rene de Carvalho

ABRIL 2011

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do(a) autor(a)

RESUMO

O Trabalho visa apresentar de forma objetiva a maneira como evoluiu ao longo da economia política, aqui representada por quatro autores, a noção de reprodução e distribuição de capital.

Começando pela primeira sistematização do processo de circulação de riqueza, o quadro econômico de François Quesnay, e apresentando a parte da teoria de Smith que Marx viria a considerar inconsistente e proibitiva da circulação, temos o objeto de análise do primeiro capítulo desta pesquisa. Em seguida é descrito, no segundo capítulo, a teoria desenvolvida por Marx no segundo livro do Capital, detalhando alguns dos aspectos mais importantes de sua obra sobre a circulação do capital e a parte de reprodução do produto social que sustenta esta teoria. Por fim, a tentativa de Rosa Luxemburgo de resolver a problemática por ela sugerida na teoria de Marx, é o tema do último capítulo desta pesquisa, o qual se dedica a crítica e solução propostas pela autora e a um questionamento deste parecer.

ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 5 |
| CAPÍTULO I- QUESNAY E SMITH | 7 |
| I.1 A FISIOCRACIA (CENTRADA EM FRANÇOIS QUESNAY) | 7 |
| <i>I.1.1 O Tableau Economiqué</i> | <i>10</i> |
| <i>I.1.2 Mais Críticas a Fisiocracia</i> | <i>14</i> |
| I.2 ADAM SMITH | 15 |
| <i>I.2.1 As Restrições a Circulação pela Teoria de Smith</i> | <i>15</i> |
| <i>I.2.2 A Solução proposta por Marx</i> | <i>17</i> |
| CAPÍTULO II- A REPRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE CAPITAL EM MARX | 19 |
| II.1 DOS TRÊS CIRCUITOS DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL | 19 |
| <i>II.1.1 O Circuito de Capital Monetário</i> | <i>20</i> |
| <i>II.1.2 O Circuito de Capital Produtivo</i> | <i>23</i> |
| <i>II.1.3 O Circuito de Capital-Mercadoria</i> | <i>23</i> |
| II.2 OS DOIS ESQUEMAS DE REPRODUÇÃO | 23 |
| <i>II.2.1 O Esquema de Reprodução Simples</i> | <i>24</i> |
| <i>II.2.2 O Esquema de Reprodução Ampliada</i> | <i>31</i> |
| CAPÍTULO III- ROSA LUXEMBURGO | 39 |
| III.1 A CRÍTICA DE ROSA LUXEMBURGO | 39 |
| III.2 A SOLUÇÃO DE ROSA LUXEMBURGO | 43 |
| III.3 ERROS E ACERTOS NA FORMULAÇÃO DE ROSA LUXEMBURGO | 45 |
| CONCLUSÃO | 47 |
| BIBLIOGRAFIA | 48 |

INTRODUÇÃO

A economia política clássica destinou parte considerável de sua produção ao estudo do fenômeno da circulação do capital na economia e após séculos de investidas não alcançou um consenso quanto a um modelo ideal de representação do processo. No segundo livro do Capital Marx se dedica exclusivamente a este assunto e desenvolve uma linha de raciocínio que une o resultado de suas investigações sobre a produção capitalista, desenvolvido no livro anterior, à sua formulação para a circulação da produção. Antes, porém ele analisa alguns aspectos de estudos anteriores, dando particular atenção aos fisiocratas e a Adam Smith.

Marx analisa algumas limitações na teoria de circulação dos fisiocratas (melhor descrita no quadro econômico de Quesnay) e explica por que considera a teoria de Smith inconsistente com a idéia de acumulação de capital. Uma vez dissecado o conteúdo destes autores quanto a parte de suas obras relevantes ao tema em questão, Marx, assimilando seus erros e acertos, parte para a apresentação de seu próprio modelo de circulação de capital, dividindo-o de acordo com a escala da produção (esquema simples de reprodução, quando a escala é fixa e esquema ampliado de reprodução, quando há acumulação).

Uma das mais notórias tentativas de aprofundamento da teoria formulada por Marx foi a presente no livro de Rosa Luxemburgo, A Acumulação de Capital. Buscando difundir e esclarecer a teoria de Marx, a autora acaba encontrando o que considera uma inconsistência. O propósito de seu livro será encontrar a solução para o problema de realização que acredita ter encontrado no segundo livro do Capital.

Assim temos um fio condutor que une a teoria de quatro autores quanto a reprodução e circulação do capital na economia capitalista, criando uma espécie de “diálogo” crítico entre eles. Esta é a base deste trabalho, que visa fazer uma apresentação analítica das concepções teóricas relacionadas ao processo de reprodução e circulação de capital de alguns dos mais importantes nomes da economia política e suas eventuais visões críticas acerca de formulações de autores que os precederam.

As formulações de François Quesnay e Adam Smith e algumas críticas que receberam são o tema do primeiro capítulo. O quadro econômico de Quesnay serve como ilustração de sua

visão sobre a produção e circulação da riqueza de uma nação. Sua caracterização e a mensuração dos agregados são fruto de alguns pressupostos teóricos fundamentais. A proposta é contextualizar objetivamente os pressupostos mínimos que permitam o entendimento da parte da teoria que interessa ao escopo do trabalho.

Smith, diferentemente, não formaliza uma teoria de circulação, porém é incluído nesta pesquisa devido à importância dada por Marx a este ao destacar o que considera uma inconsistência teórica que não permitiria a acumulação a nível teórico em Smith. Será apresentada a crítica e a proposta de Marx a este problema.

O segundo capítulo é uma breve apresentação da teoria de reprodução e circulação de capital à luz da teoria escrita no segundo livro do Capital.

Por fim, a crítica formulada por Luxemburgo traz uma nova problemática a matéria. O último capítulo pretende mostrar o motivo da inquietação da autora, sua proposta de solução e ainda uma visão crítica em relação à própria análise de Luxemburgo.

A intenção da pesquisa é organizar os avanços obtidos por esses autores em seus estudos em uma sequência coesa, objetiva e crítica.

CAPÍTULO I- QUESNAY E SMITH

O segundo livro de O Capital apresenta a teoria de Marx sobre o processo de circulação e reprodução do capital. Sua visão sobre o funcionamento da economia capitalista é o fundamento teórico para o esquema proposto. Para Marx os pressupostos básicos que sustentam o processo de circulação do capital vão de encontro com os apresentados em teorias anteriores. Por esse motivo ele não descreve sua proposta sem antes introduzir ao leitor as formulações desenvolvidas por algumas das principais visões teóricas que o antecederam: a escola fisiocrata, tendo como principais representantes Turgot, Mirabeau e, fundamentalmente, Quesney e a escola clássica, representada aqui pela voz de Adam Smith, são o ponto focal deste capítulo.

Seguindo essa linha de pensamento, inicia-se o trabalho em questão pela exposição da produção do fisiocrata François Quesnay quanto a circulação de riquezas na economia e em seguida a de circulação à luz da teoria de Smith.

I.1 A Fisiocracia (Centrada em François Quesnay)

Sem dúvida o contexto social tem papel fundamental nas formulações feitas por essa escola de pensamento. Os fisiocratas descrevem o funcionamento da economia baseando-se na estrutura social vigente e em uma postura, naturalmente, conservadora, já que estes geralmente pertenciam à elite privilegiada por tal estrutura. O exemplo disso observa-se na divisão de classes por eles apresentada e as conseqüentes implicações das distintas atribuições de importância, poder e direitos dados a cada classe.

- A classe produtiva era composta pelos trabalhadores agrícolas e é a classe que gera o excedente.
- A classe estéril, composta por “*todos os cidadãos ocupados em serviços ou trabalhos que não os da agricultura*”¹, recebe este nome, pois esta não geraria excedente uma vez que suas atividades eram basicamente uma transformação da produção agrícola, não havendo acréscimo de valor nesse processo

¹ Como descrito pelo próprio Quesnay em seu quadro econômico (pp. 211)

De fato a manufatura francesa daquele período (meados do século XVIII) era bastante insipiente e se limitava principalmente a produtos de luxo considerados demasiado inúteis para se equiparar a importância social da produção primária. Contudo, esta é uma razão insuficiente para restringir a produção capitalista exclusivamente ao setor agrícola.

“... essa razão não é suficiente para explicar o limite que a fisiocracia antepõe a extensão da economia capitalista, ainda mais que, embora escassos, os exemplos de gestão capitalista no setor manufatureiro estavam longe de constituir uma ausência, podendo, pois, ter sugerido extensões análogas à sugestão levada a cabo para a atividade agrícola” (NAPOLEONI, 2000. pp.22)

Mas é evidente que o motivo determinante para tal atribuição é o fato de que os responsáveis por tais elaborações teóricas eram frequentemente ligados à propriedade rural.

- Finalmente a classe proprietária de terra (Estado e Igreja) tem sua importância social ligada ao fato de representar o excedente. Não por produzi-lo, mas por apropriar-se dele visto que a propriedade do bem gerador de excedente lhe garante tal direito (diretamente pela posse via renda da terra ou indiretamente pelo direito de cobrança de impostos e dízimos)

A terra era o bem sem o qual a produção não excederia o valor da mão-de-obra² (não geraria excedente) e por isto estava no centro da geração de riqueza da sociedade. Turgot desenvolve esse pensamento atribuindo a produção agrícola a característica de receber uma mera *dádiva da natureza*, que a possibilita exceder o valor dos meios de subsistência de quem a cultiva. A própria produtividade da terra possibilita uma produção além do salário do trabalho.

Além da importante formalização do capital como algo passível de reprodução e geração de excedente, os fisiocratas são responsáveis, implicitamente, por atribuir ao processo produtivo (e não a circulação) a origem da mais-valia. Fundamentando-se no *dom da natureza* de Turgot, fica evidente que o excedente não é gerado no processo de troca, embora seja nele realizado. Isso significa dizer que a produção é vendida ao seu valor, ou seja, o produtor não obtém seu

² Que corresponde ao salário fixado ao nível de subsistência.

excedente ao vender algo a um preço acima de seu valor (ao contrário, podemos considerar, para fins elucidativos, que o preço corresponde ao valor: $p=v$). Isso resulta do fato de que o produtor não pagou por uma parcela do valor desta produção, a qual se atribui o dom da natureza. Logo, se a mais-valia se realiza em uma venda feita a seu valor, a geração de excedente resulta do fato de o produtor não ter pago por parte do valor necessário a tal produção. É o valor não pago, justamente a parte originada pela dádiva da natureza, a produtividade da terra, que permite uma produção cujo valor é superior ao valor pago com a força de trabalho.

Essa visão justificaria na fisiocracia a idéia de falta de excedente na produção da classe estéril, que não pode contar com a tal dádiva. Assim a qualificação do trabalho como produtivo e improdutivo torna o trabalho primário o único produtivo, já que apenas ele gera excedente, pelos motivos acima descritos, ainda que não o faça para o próprio produtor, mas sim para o proprietário da terra cultivada.

É claro que a noção de excedente tratada aqui está limitada ao valor de uso da produção, o que além de incompleto é inconsistente internamente, uma vez que um produtor de determinada manufatura pode obter uma produção que exceda suas necessidades da mesma assim como um agricultor produz além de sua necessidade de alimentação. Não havendo, assim, impedimento para o excedente na manufatura.

Todas essas características das formulações dos fisiocratas exemplificam e sustentam uma proposta bastante central de teoria de valor. O nome que esse grupo de pensadores franceses recebeu evidencia sua origem e seus interesses. A analogia da natureza física contida no termo remete ao contexto fortemente agrícola do país³, mas também a origem social de vários de seus representantes, ligados direta ou indiretamente as camadas mais altas, nobreza e clero, naquela época, invariavelmente proprietários de terras ou beneficiários delas. A atribuição de origem de valor a terra transfere a eles mesmos o poder sobre a massa componente da classe produtiva.

³ Napoleoni restringe o valor dessa analogia, pois o funcionamento da economia seria regido por “leis” resultantes de uma estrutura social que molda o seu comportamento. Segundo ele as leis da economia só seriam naturais quando estas estruturas não fossem confrontadas, diferentemente das leis naturais que independem do contexto social e sua aceitação.

Ainda que formalmente não seja apresentada uma teoria de valor em nenhum escrito de autores fisiocratas, fica evidente a atribuição à terra da origem de excedente e, conseqüentemente, de valor:

“Se o excedente surge precisamente naquela atividade em que a terra intervém como elemento determinante do processo produtivo, isso significa que é a própria terra a que se atribui o poder de dar origem a um “produto líquido”; e esse poder não pode se não depender da fertilidade natural do solo, e em conseqüência disso o produto que a terra proporciona supera o necessário para sua reutilização e para suprir os meios de subsistência dos trabalhadores.” (NAPOLEONI,2000. pp.24)

I.1.1 O Tableau Economiqué

A principal obra da escola francesa é, sem dúvida, o Tableau Économique de François Quesnay e nela está a descrição do processo de circulação de capital segundo a fisiocracia, trata-se da primeira sistematização do fluxo de riqueza (BRUE, 2004).

“O Tableau mostra de que maneira o produto anual da produção nacional, que se expressa como determinada grandeza de valor, se distribui em conseqüência da troca, de tal modo que a produção pode começar de novo. Os incontáveis atos de troca individuais unem-se, em resumo, na circulação entre grandes classes sociais funcionalmente determinadas.” (LUXEMBURG, 1970. pp.28)

A partir de agora é descrito o circuito de capital na economia imaginada por Quesnay em seu quadro (Figura).

A obra mostra parte da produção do período anterior constituindo a base a partir da qual é possível obter o novo produto anual, cujo valor é repartido pela circulação entre as classes de acordo com suas funções sociais_ na mesma escala (o que Marx chamará de reprodução simples).

- i. Em primeiro lugar, existem disponíveis 10 bilhões de unidades monetárias em forma de bens produzidos que constituem os adiantamentos primitivos⁴. (Figura 1)

⁴ Equivalente ao capital fixo para a visão fisiocrata

- ii. A classe produtiva obtém, pelo processo produtivo uma produção no valor de 5 bilhões a partir de 2 bilhões em adiantamento anuais⁵ composto por meios de subsistência da classe (alimentos e manufaturas) e matérias primas.

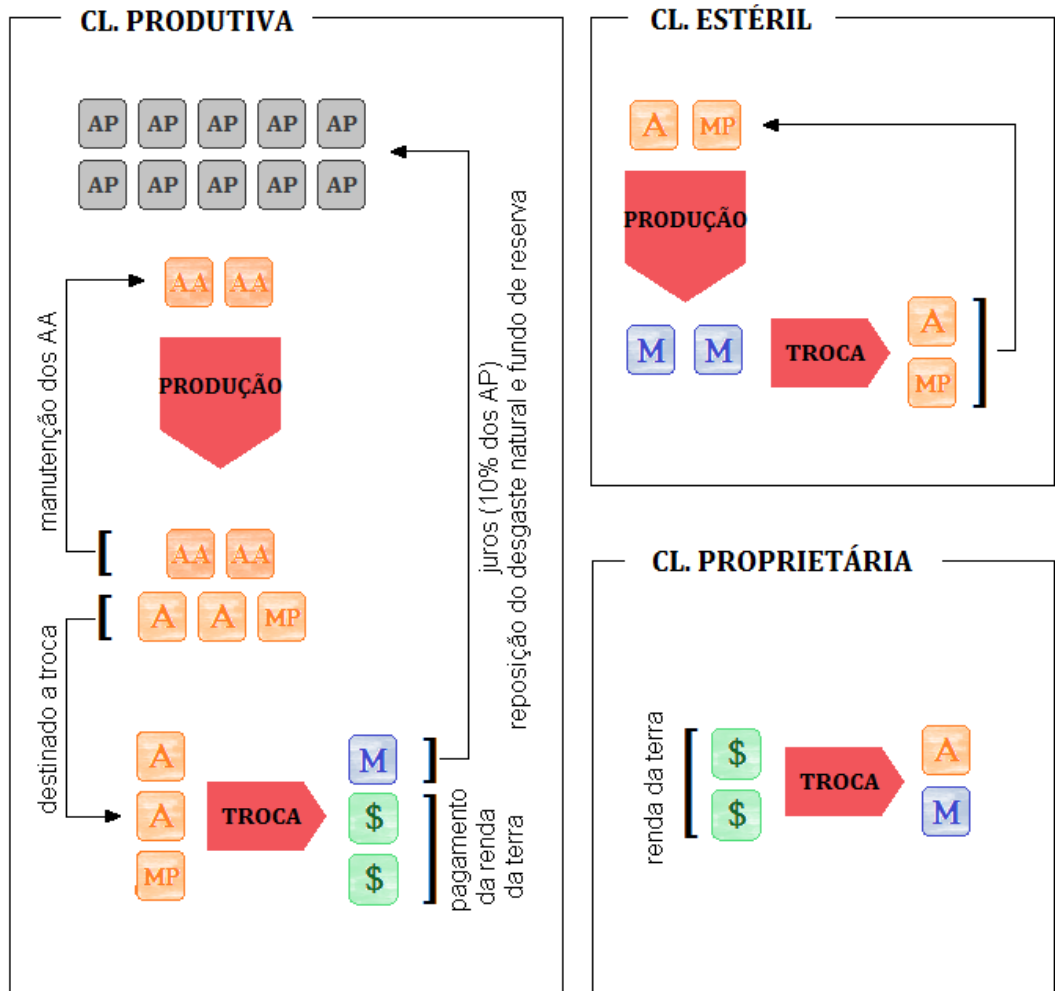


Figura 1

- iii. Desses 5 Bi do produto final, 2 bi serão reservados para compor os adiantamentos do próximo ano, restando na economia 3 bilhões em produtos primários. (Figuras 1 e 2)

⁵ Fração da produção do período anterior destinada a perpetuar a produção no período vigente.

- iv. A classe estéril é responsável pela produção de manufaturas no valor de 2 bi, à qual é creditada a antecipação de 1bi em matérias primas e o consumo de 1bi em produtos para a subsistência de seus trabalhadores. (Figuras 1 e 2)

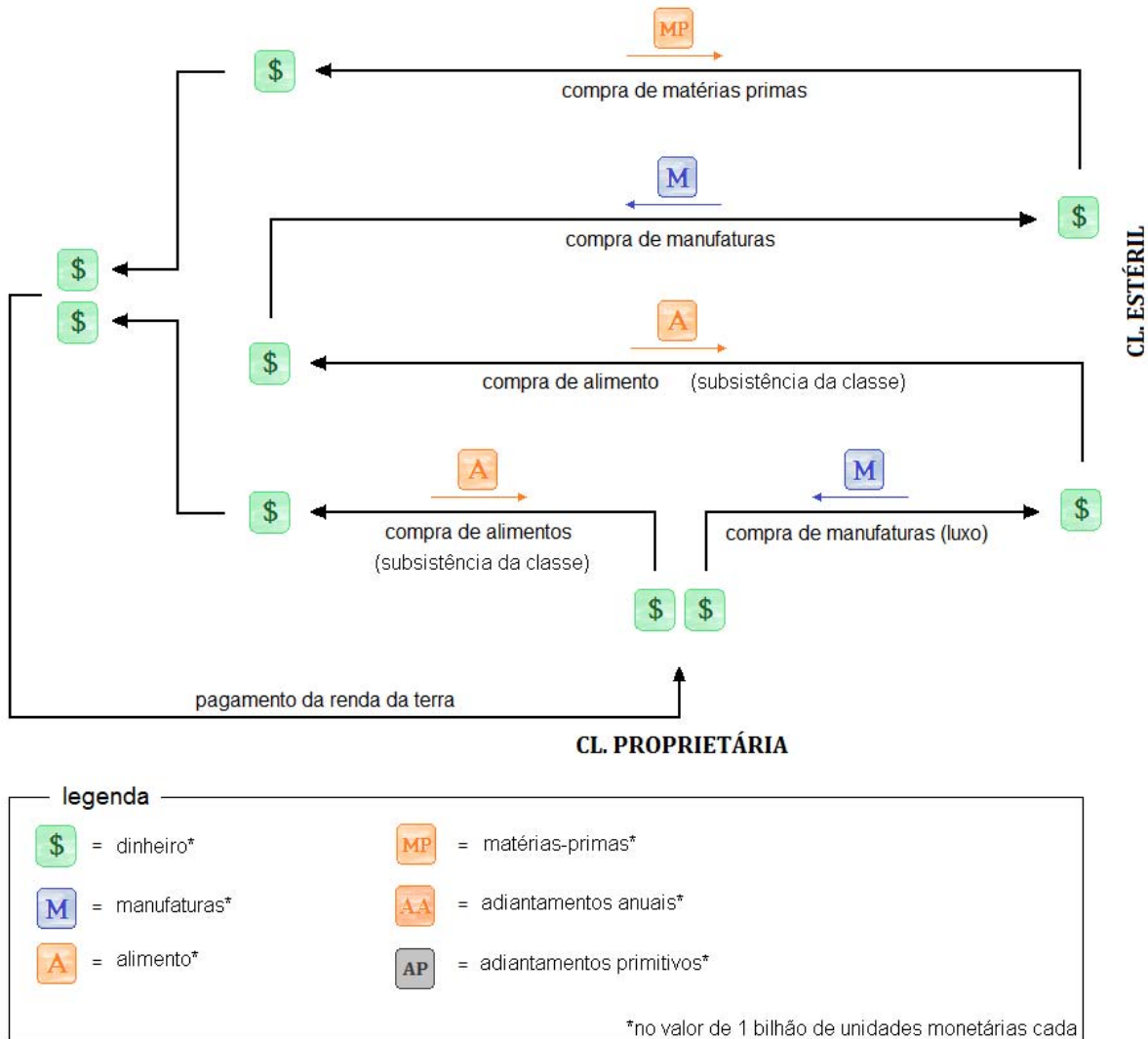


Figura 2

- v. A classe dos proprietários recebe da classe produtiva uma renda de 2 bi em moeda⁶ devido a posse da terra utilizada por esta, i.e. uma transferência sem contrapartida. Essa renda é gasta em produtos da classe produtiva para a sua subsistência (1 bi) e em produtos de luxo da classe estéril (1bi). (De maneira que o primeiro 1 bilhão

⁶ Resultantes do período de circulação anterior.

em moeda entregue aos proprietários_ metade da quantia originalmente disponível a classe produtiva_ retornará aos trabalhadores da classe mediante a venda de seus produtos.)

- vi. A classe estéril, que acabara de receber 1 bilhão em moeda pela venda de manufaturas aos proprietários de terra, compram bens para a sua subsistência produzidos pela classe produtiva.
- vii. A classe produtiva recupera assim a outra metade de seu capital monetário, porém apenas momentaneamente, pois fará uso desta para obter manufaturas à classe estéril, para a subsistência de seus trabalhadores.
- viii. Por sua vez os estéreis, fazem nova operação, adquirindo matérias primas produzidas pela classe produtiva, a qual retém o dinheiro, reavendo enfim seu todo o valor em moeda pago em renda da terra. (Figuras 1 e 2)

Assim vemos que os 3 bilhões em produtos primários que excedem o mínimo necessário para a reprodução do ciclo econômico pela classe produtiva são postos em circulação na economia e vendidos as duas outras classes:

1bi em alimentos é comprado pela classe proprietária de terras para garantir sua subsistência; 1bi em alimentos é comprado pela classe estéril (que obteve recursos pela venda de artigos de luxo no mesmo valor para a classe proprietária); 1bi em matérias-primas é comprado também pela classe estéril, que usa seus adiantamentos para comprar matérias-primas.

Observa-se, então, que dos 3 bilhões que possui a classe produtiva, 2 serão destinados ao pagamento da renda da terra no próximo período e 1 é compensado pela compra de manufaturas que irão compor os juros. A denominação juros na fisiocracia assume um papel completamente distinto daquele ao qual a economia clássica nos acostuma. Tratava-se ali de um fundo com o objetivo de recompor o desgaste natural dos adiantamentos anuais (o capital fixo da produção agrícola capitalista) e uma espécie de reserva provisional dado o risco a qual está sujeita a produção. O valor deste fundo corresponde a 10% do valor dos *avances primitives*, i.e. justamente o 1 bilhão referido.

I.1.2 Mais Críticas a Fisiocracia

A teoria fisiocrata é claramente bastante limitada. Por exemplo, o conceito de gerência capitalista aplicado apenas a produção agrícola uma evidente falha da abordagem. Entretanto, as formulações da escola têm papel de destaque na história do pensamento econômico dado seu pioneirismo em diversos pontos.

Antes dos fisiocratas nunca se estruturara uma análise de equilíbrio geral na economia, e apenas muito depois dos últimos escritos da escola outros vieram a resgatar a idéia. Além disso, o ponto de partida da dinâmica da uma economia capitalista descrita nesta fase é a troca, uma noção que notoriamente influenciaria um famoso teórico posterior. Contudo, a formulação teórica que certamente tem um peso particular na produção intelectual da fisiocracia é o conceito de valor excedente, ainda que para seus representantes ele fosse determinado pela produtividade da terra e pela capacidade humana de explorá-la. Os textos produzidos por estes autores, ainda que involuntariamente, irão antecipar um ponto central da economia segundo os clássicos: o desenvolvimento pela acumulação, isto é, o uso do excedente objetivando a obtenção de capital.

A pesar de sua inquestionável importância no conjunto da história do pensamento econômico, não se deve ignorar as falhas de inconsistência da teoria. Basear-nos-emos na principal obra para enumerar algumas das principais incoerências ou incompletudes teóricas.

Em primeiro lugar, é bastante evidente a limitação de um modelo que não prevê o crescimento econômico, mas reproduz ano a ano um produto de valor precisamente necessário para renovar-se no próximo período na mesma magnitude.

Outra questão é a restrição da teoria a uma economia fechada, ou, como admite Quesnay, que apenas importa exatamente o que exporta (não alterando, assim, a estrutura demonstrada no quadro econômico proposto).

Mas em termos de inconsistência é fundamental destacar que enquanto há na produção agrícola o conceito de adiantamentos anuais, a manufatura conta apenas com custos correntes para a provisão da subsistência dos trabalhadores envolvidos em sua produção. Trata-se claramente do uso de um artifício analítico a disposição apenas no caso da agricultura, assim

como a existência de um capital fixo. Diferentemente, a produção manufatureira não faz uso de um capital fixo, de modo que seu capital é constituído unicamente por matérias primas e o trabalho, este, por sua vez abastecido com alimentos.

I.2 Adam Smith

A pesar de não haver, nos escritos smithianos, um esquema formal de circulação de capital na economia, tal como observado no Tableau de François Quesnay, ao longo de sua obra Smith explicita sua visão a cerca do fenômeno de produção de valor e de formação de renda restringindo, assim, os limites para a circulação em sua teoria.

Marx analisa a teoria de formação de preços e valor e a maneira como Smith decompõe a renda e percebe que a inconsistência das definições feitas forma uma falha estrutural que impossibilitaria a reprodução do capital pela circulação. .

Detalhemos, a seguir, esta análise da qual compactua também Rosa Luxemburgo.

I.2.1 As Restrições a Circulação pela Teoria de Smith

Smith define o preço (ou valor-de-troca) de um bem qualquer como a soma de salários, lucros, e renda da terra nele empregados, sendo o preço de toda mercadoria composta em diferentes percentuais por esses elementos que constituem as fontes originais de toda renda e de todo valor-de-troca (MARX, 1893).

A noção se estende analogamente do nível individual a todos os produtos da economia (o produto social global).

“O preço global ou o valor-de-troca desse produto anual tem de reduzir-se a essas três partes, e distribuir-se entre os habitantes do país, como salário do trabalho, ou como lucro do capital, ou como renda da terra.” (SMITH, 1983. *apud* MARX, 1991. pp.388)

Uma vez explicitados os três componentes da renda, o autor usa um artifício para incluir o capital constante à sua conta. Smith difere renda bruta e renda líquida, sendo a primeira composta pelo capital fixo e o capital circulante (capital constante); salário (capital variável) e renda da terra e lucro do capital (mais-valia) enquanto a segunda tinha descontado o capital constante (Figura 3).

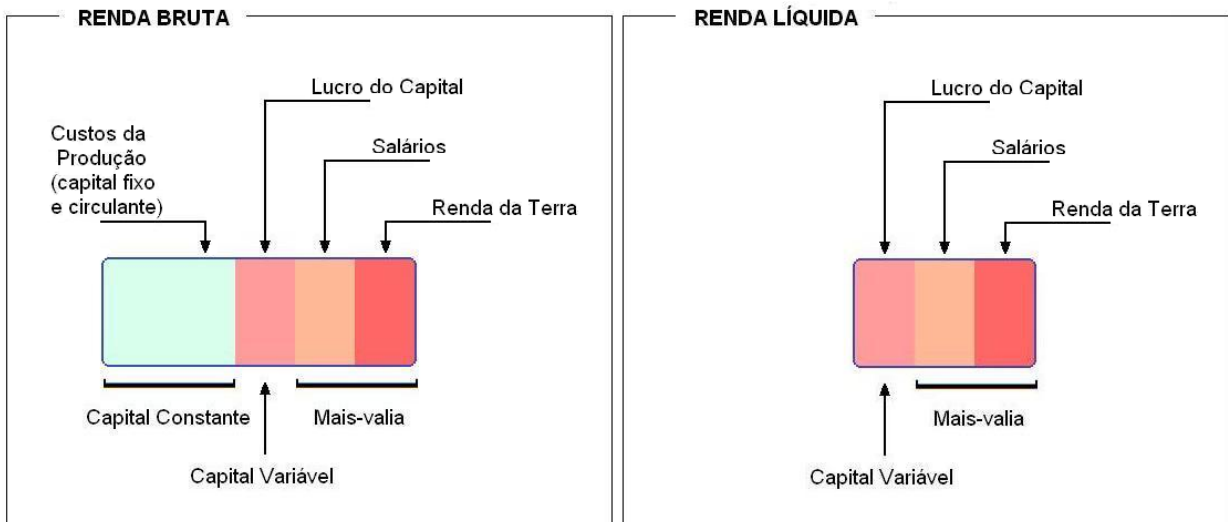


Figura 3

“A renda bruta de todos os habitantes de um grande país abrange a produção anual do subsolo e trabalho na totalidade; e a renda líquida, o que resta depois de deduzir os gastos de sustento; primeiro, de seu capital fixo e, em seguida, de seu capital circulante, ou seja, aquela parte de seu patrimônio destinada ao consumo imediato e que eles podem gastar em sustento, comodidades e prazeres. Sua verdadeira riqueza não se acha, pois, em relação com sua renda bruta, e sim com sua renda líquida. O preço global ou o valor-de-troca desse produto anual tem de reduzir-se a essas três partes, e distribuir-se entre os habitantes do país, como salário do trabalho, ou como lucro do capital, ou como renda da terra.” (SMITH, 1983. *apud* LUXEMBURG, 1970. pp.32)

Além de esta explicação limitar a reprodução a uma escala simples (não considera a acumulação, já que os custos referidos são destinados apenas a manutenção do capital(MARX, 1893)), a principal falha da abordagem é o fato de que mesmo após considerar o capital constante (inicialmente ignorado), Smith o desconsidera (novamente) quando diz que a verdadeira riqueza, a disponível para dispêndio, seria a renda líquida. É como se ele repetisse o erro dos fisiocratas,

que não contabilizaram os adiantamentos primitivos.

É essa a fragilidade principal da sua teoria no tocante a uma análise de circulação, fica evidente que só poderia, assim, ser realizada a circulação da mais-valia e do capital variável e a repetição do processo de reprodução do capital seria, então, impossível ao menos numa análise marxista. (LUXEMBURGO, 1970).

I.2.2 A Solução proposta por Marx

A idéia de que o valor do produto global se esgota em salários, lucros e renda da terra surge justamente da concepção de origem de valor atribuída ao trabalho_ trabalho pago (salários) e trabalho não pago (lucros e rendas)_ e do fato de todos outros itens necessários a produção serem, por sua vez, também oriundos do trabalho humano. Assim, toda a produção poderia ser decomposta em trabalho. É nesta espiral que entra a teoria de Smith e que, mesmo dedicando-se particularmente a seu estudo, Marx também não consegue encontrar saída.

Marx só encontra uma solução quando passa a usar sua própria teoria de valor. Para ele, Smith estava certo ao decompor qualquer mercadoria individual (assim como seu agregado, o produto social global) em trabalho e este decomposto em trabalho pago e trabalho não pago, mas negligenciara a principal característica do trabalho, que é a propriedade de produção de valor que, além de transferir o seu próprio valor, o excede. Além disso, Smith não contabiliza o capital constante a pesar de sua função como simples veículo de trabalho, i.e. na medida que este também é composto por trabalho, é uma ferramenta de transferência de valor do trabalho para o produto final.

Assim, uma mercadoria produzida em determinado período de trabalho é composta pelo valor do trabalho nela aplicado, vivo, e pelo valor excedente ao trabalho, mas também pelos meios de produção necessários a esta produção, por sua vez compostos por trabalho anterior, o qual também será transferido ao novo produto (LUXEMBURGO, *idem*).

“Assim, pois, o valor de toda mercadoria deve conter tanto valor antigo - que o trabalho em sua condição de trabalho útil, concreto, transfere dos meios de produção à mercadoria - como valor novo que o mesmo trabalho, em sua condição de socialmente necessário, cria, ao consumir-se, materializado no produto.”

(LUXEMBURGO, *Ibidem*. pp.45)

Essa distinção entre trabalho anterior e trabalho vivo permite que Marx obtenha um valor para o produto social que inclui o capital constante ao contrário de Smith que, por estar circunscrito na rigidez de sua teoria de valor, só poderia conceber um produto social decomposto em salários, lucros e rendas ou capital variável e mais-valia. Agora sim o produto social permite, pela circulação, a renovação do processo produtivo.

A teoria de Smith tem como pressuposto a circulação de mercadorias, por este motivo Marx considera uma séria negligência do autor a falta de uma análise profunda deste processo em si e da própria mercadoria, sendo tal negligência o motivo principal da sua falha quanto a questão de circulação de mercadorias.

CAPÍTULO II- A REPRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE CAPITAL EM MARX

A abordagem de Marx sobre o fenômeno que deu título ao segundo livro de O Capital é o tema do segundo capítulo deste trabalho. O autor via muitas falhas nas teorias anteriores e acreditava na necessidade de demonstrar a dinâmica envolvida na circulação de capital de acordo com sua visão a cerca da economia capitalista. O processo produtivo, descrito no nível individual no primeiro livro, é aqui levado ao nível agregado e, em seguida, é desenvolvido o esquema proposto por Marx para a circulação do capital, o qual pode ser subdividido em esquema simples e ampliado.

II.1 Dos Três Circuitos de Reprodução do Capital

O primeiro passo em direção a formulação do autor é a ilustração do processo de produção de valor e de produção física por meio do que Marx chamou de os três circuitos de capital: o circuito capital-mercadoria (M-M'); o circuito do capital produtivo (KP-KP) e o circuito do capital monetário (D-D'). Na verdade trata-se de um único ciclo, no qual são examinadas separadamente partes do circuito, possibilitando assim uma análise do capital em diferentes estágios, sempre descrevendo o processo dinâmico no qual figuram a acumulação e crescimento de variáveis reais e monetárias (Figura 4). (Neste ponto, igualmente, a análise de um determinado setor ou mesmo da economia como um todo é análoga a análise do processo a nível individual.)

A princípio, não importa por onde começa o circuito desde que ele se complete (DESAI, 1980), pois trata-se de um processo contínuo, constantemente renovado (MIGLIOLI, 1981), assim, escolhendo um ponto arbitrário para o início do ciclo, temos:

- 1) O capitalista compra mercadorias que irão compor seu input, transformando assim dinheiro (D) em matérias primas (MP) _ por meio do comércio com outros capitalistas que lhe vendem seu produto final_ e dinheiro em trabalho (T) _no mercado de trabalho, onde os trabalhadores o trocam por salário (S).
- 2) A matéria prima e o trabalho aplicados na produção serão o capital produtivo (KP)

deste capitalista, que pela produção gerará uma nova mercadoria (M')⁷ (cujo valor excede o valor do input em 'm', o valor da mais-valia gerada pelo trabalho utilizado).

- 3) O output da produção, essa nova mercadoria, será vendido e o capitalista obterá uma nova quantia em dinheiro (D'), cujo valor excede o valor empregado inicialmente (D) em 'd', um correspondente em dinheiro ao acréscimo de valor resultante do processo produtivo.
- 4) O dispêndio do novo montante em dinheiro do capitalista pode ocorrer de duas formas: como renda (em seu consumo pessoal) e como meio de inversão. Sendo no primeiro caso convertido em meios de consumo e no segundo em mercadorias que são o novo input, matérias primas e trabalho, que é o novo capital produtivo, o qual gera um novo produto final e o ciclo se repete.

A segmentação do ciclo em três circuitos, nada mais é que uma maneira de focar na transformação do capital em seus diferentes estágios, permitindo uma clara visualização deste processo de valorização do capital, seja este materializado em forma de dinheiro, capital produtivo ou mercadoria.

II.1.1 O Circuito de Capital Monetário

O circuito de capital monetário começa com a compra de mercadorias (a partir de D) que formam o capital produtivo do capitalista e termina com a venda do produto final e a obtenção de dinheiro (D'). O circuito de capital produtivo acompanha o capital produtivo (KP) por sua transformação em produto final, a venda deste e a sequente transformação em dinheiro, até transformar-se em mercadorias que irão compor novamente o capital produtivo (KP') do novo ciclo produtivo. Este também é chamado circuito input-output-input. Por fim, o circuito capital-mercadoria foca na transformação de uma mercadoria (M) em outra (M') pela venda da primeira e conseqüente obtenção de dinheiro, o qual possibilita que o capitalista adquira mercadorias que

⁷ Seja como mercadoria, seja como serviço

compõem seu input (MP e T), que aplicado na produção será seu capital produtivo (KP) e se converterá em um novo produto final (M').

O circuito capital monetário enfatiza a transformação, pelo processo produtivo, de um montante em dinheiro (D) em um montante em dinheiro (D') de maior valor.

“Não é porque o capitalista compra as mercadorias (M) por um preço mais baixo e as vende por um preço mais alto. O “segredo” se explica pelo processo de produção capitalista.” (MIGLIOLI, 1981. pp. 78)

Reside aí a importância deste circuito em relação aos outros, uma vez que para Marx, dinheiro só pode ser considerado capital se for invertido, isto é, se for usado na produção de valor adicional, de mais-valia. Ao constituir o dinheiro tanto o início quanto o fim da economia capitalista, o circuito destaca o objetivo da produção nesta economia: o dinheiro em si e não a mercadoria final para consumo.

“O circuito monetário é o mais importante no modo de produção mercantil, pois nele a produção não busca o uso e sim o benefício. O capitalista deseja conseguir benefícios não em termos de produto final, mas em termos de dinheiro.”⁸(DESAI, 1980. pp. 47)

Em outras partes do circuito⁹ o dinheiro poderia parecer um simples meio de troca, mas nesta parte o papel do dinheiro como capital monetário, muito além de um intermediário dispensável, fica em evidência.

Este circuito também permite a observação da clara distinção de classes e seus papéis na economia mercantil na teoria marxista. Pelo fato do proprietário de D ter obtido M, aplicado como KP, o processo produtivo seria uma função do capital e, conseqüentemente, do capitalista que o possui.

⁸ “El circuito del capital monetario es el más importante en el modo de producción mercantil, puesto que en él la producción no persigue el uso sino el beneficio. El capitalista desea conseguir unos beneficios no en términos de output final sino en términos de dinero.”

⁹ T-D-M ou M-D-M

“O empresário da teoria econômica do final do século XIX aparece, assim, como um simples reflexo da propriedade de D (...). A produtividade do empresário é, pois, um subproduto da estrutura de direitos de propriedade.” (DESAI, *idem*. pp. 51)

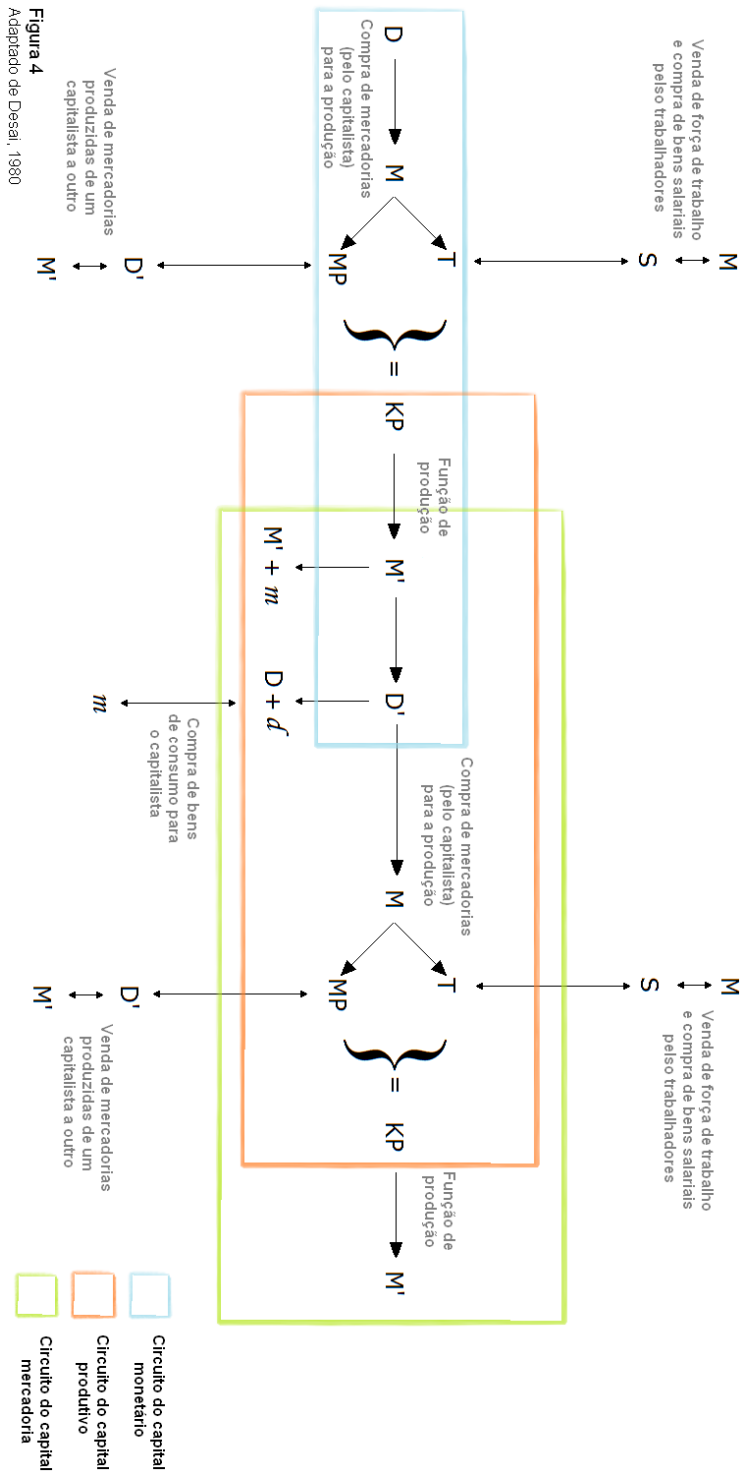


Figura 4
Adaptado de Desai, 1980

II.1.2 O Circuito de Capital Produtivo

O circuito capital produtivo não trataria claramente da principal característica do capital, a de produzir um valor que excede o seu próprio valor inicial. Tal valor excedente (a mais-valia) tem sua magnitude determinada por diversos fatores como, a composição orgânica do capital, quantidades absolutas de inputs e suas produtividades, tecnologia e organização da produção. Esses fatores, por sua vez, estão sendo constante e continuamente modificados, de modo que o fim do processo produtivo não necessariamente possa ser diretamente comparado ao seu começo. Por isso o papel da mais-valia fica diminuído.

II.1.3 O Circuito de Capital-Mercadoria

Por fim, o circuito capital-mercadoria destaca os aspectos mercantis da economia. Marx descreve o *Tableau Économique* como um exemplo deste circuito, que talvez seja o mais comumente conhecido. Trata-se da mesma análise tendo como ponto focal a transformação de mercadorias (capital produtivo) em novas formas de mercadoria (output da produção) e, dada sua realização, novamente em mercadoria como input (de valor igual ou superior a primeira dependendo da escala da reprodução).

II.2 Os Dois Esquemas de Reprodução

Usando o circuito capital monetário como base da análise, Marx destaca a obtenção, pelo processo produtivo, de um valor excedente, a mais-valia, cuja origem é o trabalho não pago efetuado pelos trabalhadores.

“O processo total se apresenta como unidade do processo de produção e do processo de circulação; o processo de produção serve de meio para o processo de circulação e vice-versa.” (MARX, 1991, pp. 102)

Sendo a parte da produção cujo valor corresponde ao capital constante destinada à manutenção deste no próximo período e a parte da produção cujo valor corresponde ao capital variável destinada ao pagamento (salários) do trabalho adiantado pelos trabalhadores, resta ao capitalista a parte da produção correspondente a mais-valia apropriada do trabalhador. Esta pode ser totalmente usada para seu consumo pessoal (de modo a reproduzir o ciclo produtivo na

mesma escala que no período anterior) ou parcialmente usada para inversão (criando capital produtivo adicional e assim variando o nível de produção). A primeira opção é a reprodução simples (montante da produção não se altera a medida que se repetem os ciclos produtivos), ela será estudada primeiro. Em seguida o processo de reprodução ampliada (na qual cresce a produção a medida que se repetem os ciclos produtivos).

II.2.1 O Esquema de Reprodução Simples

A pesar de considerar uma das principais falhas da abordagem fisiocrata ser justamente o fato de esta não prever um crescimento do produto social e retratar, portanto, uma economia perpetuamente estagnada na mesma escala de produção, Marx inicia sua teoria sobre a circulação e reprodução de capital da mesma forma: apresentando uma economia sem crescimento, a qual passa por um processo chamado de circulação simples.

Por hipótese simplificadora, a economia é fechada, sem governo e dividida em duas áreas fundamentais, duas secções, as quais são denominadas departamentos. No primeiro departamento (Dep I) são produzidos todos os meios de produção da economia (as mercadorias absorvidas pelo consumo produtivo) e o segundo departamento (Dep II) gera os meios de consumo (por sua vez absorvidos pelo consumo individual, seja dos trabalhadores, seja dos capitalistas).

Cada um dos departamentos efetua a produção a partir de um capital, que para ele pode ser dividido em dois componentes:

- O capital variável(v) que em matéria é a própria força de trabalho, o trabalho vivo, e cujo valor corresponde ao valor da força de trabalho social empregada, ou o valor dos salários pagos
- O capital constante(c) corresponde ao valor dos meios de produção empregados na produção e em matéria se subdivide em fixo (máquinas, instrumentos de trabalho etc) e circulante (matérias-primas, materiais auxiliares, produtos semi-acabados etc).

Ao final da produção, o output encontrado é um resultado direto do capital utilizado, que teve sua natureza e valor transformado, transferido e multiplicado ao longo do processo produtivo. O capital constante transfere seu valor ao produto final, ainda que isso nem sempre ocorra em apenas um período. É o caso de máquinas e equipamentos cujo desgaste período a período efetua a transferência gradual de valor. O trabalho, semelhantemente, transfere seu valor e se transforma no produto final, porém este possui uma propriedade além daquelas características das outras formas de capital. O trabalho na teoria de Marx é a forma de capital a partir da qual é gerado o excedente, logo ele além de transferir integralmente seu valor ao produto final é capaz de gerar um valor de supera o seu próprio, a chamada mais-valia (Figura 5)

“O valor da totalidade do produto anual obtido em cada uma das duas secções com a ajuda desse capital se divide em duas porções: a que representa o capital constante consumido na produção e simplesmente transferido em seu valor ao produto, e a porção que é acrescida pela totalidade do trabalho anual. Esta última se decompõe em duas partes: uma repõe o capital variável v adiantado, e a outra, o excedente desse capital, constitui a mais-valia m. Assim o valor da totalidade do produto anual de uma secção, como o de cada mercadoria isolada, se reduz a $c + v + m$.” (MARX, 1991. pp. 423)

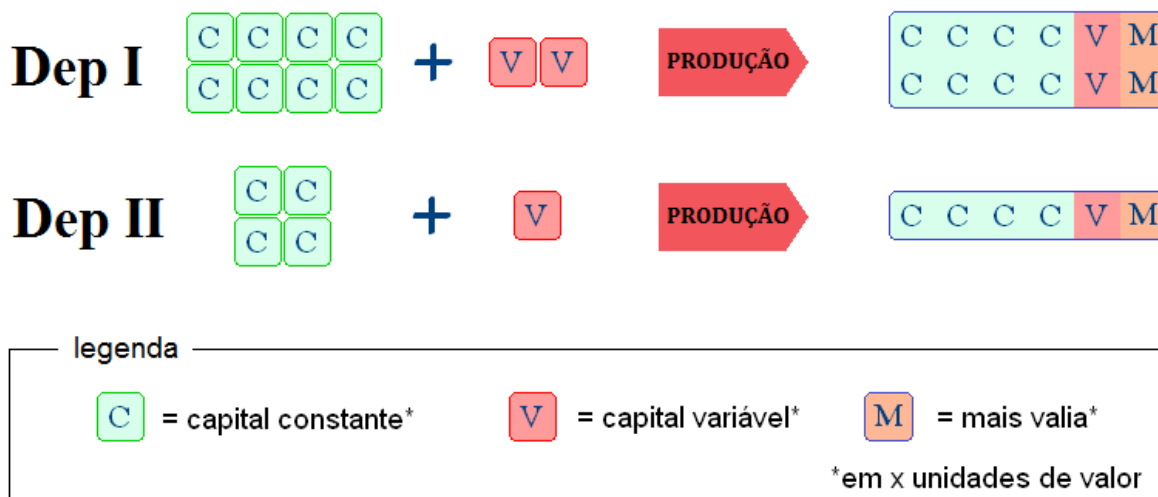


Figura 5

Temos o ponto de partida para analisar a explicação para a dinâmica de circulação contida em O Capital. No momento após o processo produtivo a economia capitalista apresenta,

conforme o esquema anterior (Figura 5), a produção de dois setores (meios de produção e meios de consumo) e sua correspondência em valor ao capital constante transferido, ao capital variável renovado e ao excedente gerado pelo capital variável (mais-valia).

Uma parte do produto final do primeiro departamento será vendida aos capitalistas da própria secção. Trata-se de um conjunto de meios de produção de meios de produção, é a parte do produto de I que renova o capital constante do próprio departamento e possibilita a continuidade do processo no período seguinte. Logo, as trocas desta parte da produção, ocorrem dentro da própria secção entre seus capitalistas.

Os trabalhadores e capitalistas, por definição, gastam seus salários e mais-valia em bens de consumo, logo se conclui que as trocas efetuadas entre os trabalhadores de II e capitalistas de II (quanto a sua mais-valia) ocorrem dentro dessa secção contra produto dela (MARX, 1991).

Os salários e mais-valia da secção I também serão gastos em bens de consumo (mercadorias produzidas na secção II) e os capitalistas de II necessitam de maquinas, equipamentos, ferramentas etc, para renovar seu capital constante e repetir o processo produtivo no ano seguinte, o que indica a necessidade de uma troca interdepartamental.

II.2.1.1 As Trocas Efetuadas Entre os Dois Departamentos: $V_I + M_I$ por C_{II}

Analisemos as trocas da produção do Dep I correspondente a seu capital variável e mais-valia pela produção do Dep II correspondente a seu capital constante (Figura 6)

No departamento I os capitalistas pagam o salário de seus trabalhadores, que por sua vez o usam na compra de bens do departamento II, reconvertendo assim em capital-dinheiro a parcela da produção de II, antes em forma de bens de consumo, no valor dos salários de I. Esse dinheiro retorna aos capitalistas de I por meio da compra efetuada pelos capitalistas de II que desejam obter meios de produção que reponha seu capital constante e perpetue sua produção, de modo que aqueles irão reaver o capital-dinheiro adiantado no valor v utilizado no pagamento de salários.

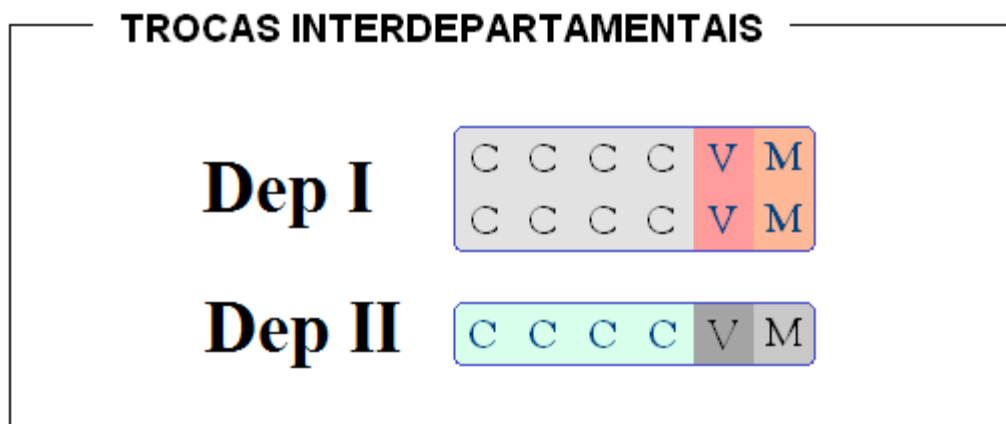


Figura 6

Igualmente os capitalistas de I compram bens de consumo produzidos em II. Eles gastam a totalidade de sua mais-valia¹⁰ em consumo, enquanto os capitalistas de II compram seus bens de produção no mesmo valor, renovando assim todo seu capital constante.

Essas trocas não constituem operações únicas, isto é, são na verdade um inúmero de compras e vendas entre os vários capitalistas individuais de ambos os departamentos. Além disso, é preciso supor que os capitalistas tenham em mãos certo montante de capital-dinheiro para adiantamentos, que permite a realização das trocas e retorna a quem o possuía originalmente.

“O dinheiro que lançaram na circulação acima dos valores de suas mercadorias, como meio de troca, volta a cada um deles de acordo com a quantidade que cada um lançou na circulação” (MARX, *idem*. pp. 420)

Ao fim dessas operações, ocorre que o capital constante de II é reconvertido em forma de meios de produção; em I, a parte dos meios de produção cujo valor corresponde a v e m é convertida em mercadorias de II por meio do consumo individual dos trabalhadores e capitalistas de I e, por fim, a todo capitalista que realizou adiantamentos retorna o dinheiro no mesmo valor.

¹⁰ Pressuposto fundamental que diferencia a reprodução simples da ampliada.

II.2.1.2 As Trocas no Departamento II: Meios de Subsistência e Artigos de Luxo

Tratemos das trocas restritas aos capitalistas e trabalhadores do Dep II, as trocas da produção de II cujo valor corresponde ao capital variável e mais-valia (Figura 7)

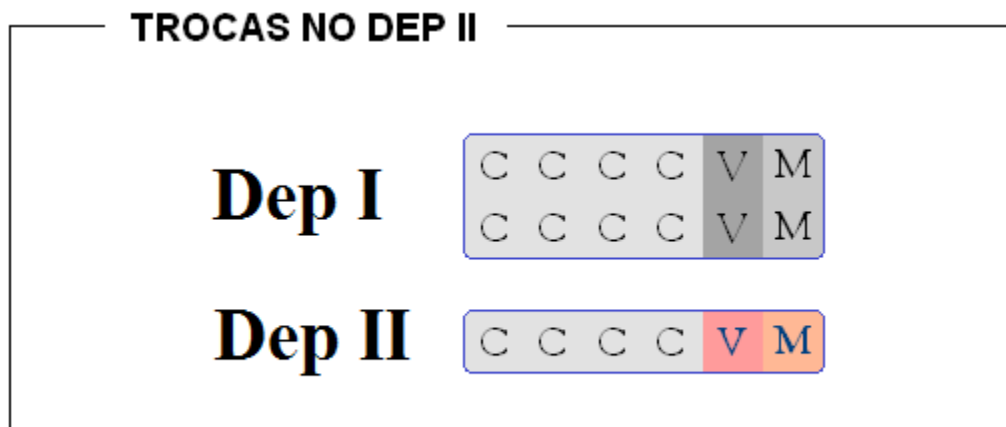


Figura 7

Marx acrescenta mais uma distinção entre as diversas mercadorias integrantes do produto social. A produção do segundo departamento é dividida em meios necessários de subsistência (IIa), o qual corresponde a todo o consumo dos trabalhadores e parte do consumo capitalista, e meios de consumo de luxo(IIb), trocados apenas por mais valia, uma vez que integra apenas o consumo capitalista (Figura 8).

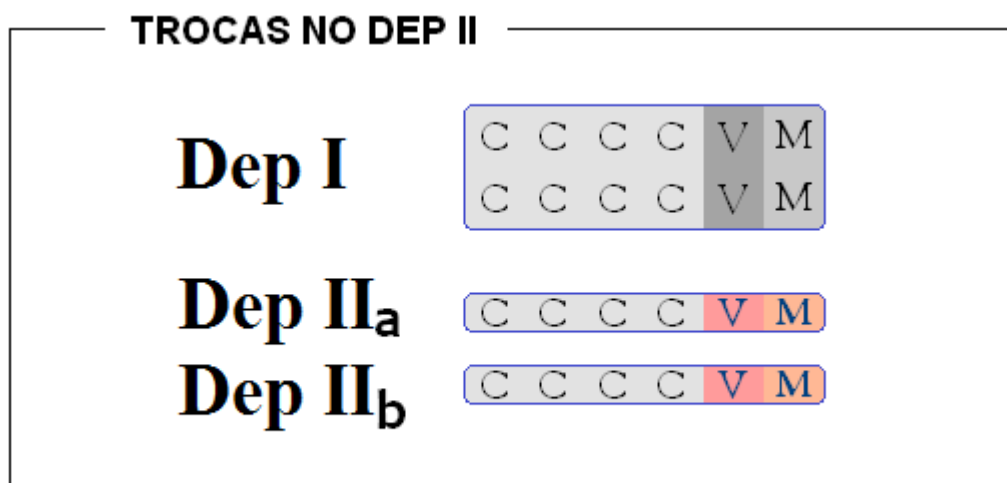


Figura 8

Por fins de simplificação decide-se que os capitalistas dos dois sub-departamentos dividem seu consumo entre bens de subsistência e bens de luxo da mesma forma, ou que na média tenham a mesma propensão a consumir determinado tipo de bem de consumo, por exemplo, bens de luxo. A partir daí norteia-se a circulação entre capitalistas e trabalhadores de II da produção cujo valor corresponde, em valor, ao capital variável e a mais-valia de II.

O exemplo numérico contido em O Capital é o seguinte: O setor produtor de bens de consumo de subsistência apresenta uma produção correspondente, em valor, ao capital variável de 400 (unidades) e uma produção correspondente, em valor, a mais-valia de também 400. No setor de bens de consumo de luxo os valores são de 100 e 100. Sabendo que os trabalhadores de ambos os setores apenas comprarão bens de consumo de subsistência, percebe-se que os 400 e 100 que correspondem aos salários dos trabalhadores serão trocados por produtos do setor Ia.

Assim só falta definir o comportamento dos capitalistas. Sendo que dos 400 correspondentes a mais-valia de Ia 100 já são definidos como trocados com trabalhadores de IIb. Logo, resta definir o destino dos 300 restantes da mais-valia de Ia e toda a mais-valia de IIb de acordo com a propensão ao consumo dos capitalistas.

Em seu livro Marx decide que a propensão de consumo é tal que $\frac{3}{5}$ da renda de um capitalista é gasto com bens de subsistência e $\frac{2}{5}$ com bens de luxo.

Conseqüentemente, os capitalistas de IIa venderão 100 de sua produção correspondente a mais-valia aos trabalhadores de IIb e consumirão produtos de luxo no mesmo valor, comprando-os de IIb. Além disso, comprará produtos de luxo no valor de 60 dos capitalistas de IIb, vendendo em contrapartida 60 de sua própria produção para ser consumida por aqueles. Quanto aos 240 restantes de sua mais-valia, consumirão com produtos de seu próprio sub-departamento. Por corolário, os capitalistas de IIb consumirão 40 de seus próprios produtos, negociando parte de sua produção no valor de 60 com os capitalistas de IIa, afim de consumir produtos de subsistência.

Observa-se que as trocas efetuadas resultam por compor o perfil de consumo dado por Marx, mas isso pode parecer um pouco improvável fora do exemplo numérico dado. O quadro a seguir generaliza a relação entre o capital variável e mais-valia dos sub-departamentos IIa e IIb e o perfil de consumo dos seus capitalistas (Figura 9)

GENERALIZAÇÃO DO EXEMPLO

Se definirmos α como o percentual da mais-valia gasto com o consumo de bens de subsistência temos:

- consumo de subsistência dos capitalistas de IIb = $\alpha \cdot m_b$
- consumo de luxo dos capitalistas de IIb = $(1 - \alpha) \cdot m_b$

Os bens de luxo consumidos pelos capitalistas do departamento IIa são obtidos pela compra da produção equivalente ao capital variável de IIb e da produção equivalente a parte da mais-valia de IIb que os capitalistas deste departamento desejam trocar por bens de subsistência:

- consumo de luxo dos capitalistas de IIa = $V_b - \alpha \cdot m_b$
- consumo de subsistência dos capitalistas de IIa = $m_a - V_b - \alpha \cdot m_b$

Sendo a taxa de mais valia definida por Marx como 100%, podemos assumir que o valor da produção correspondente ao capital constante é igual ao valor da mais-valia em qualquer departamento.

$$- V_b = \alpha \cdot m_b$$

Assim podemos reescrever:

- consumo de luxo dos capitalistas de IIa = $(1 + \alpha) \cdot m_b$
- consumo de subsistência dos capitalistas de IIa = $m_a - (1 + \alpha) \cdot m_b$

Por hipótese simplificadora os capitalistas de ambos os departamentos dividem seu consumo entre subsistência e luxo da mesma forma. Desta maneira, podemos igualar as taxas de consumo de bens de luxo dos departamentos e obter uma relação entre o perfil de consumo dos capitalistas e a magnitude de suas mais-valias:

$$\frac{(1 - \alpha) \cdot m_b}{m_b} = \frac{(1 + \alpha) \cdot m_b}{m_a} \rightarrow \frac{(1 - \alpha) \cdot m_b}{m_b} = \frac{(1 + \alpha) \cdot m_b}{m_a} \rightarrow$$

$$\frac{m_a}{m_b} = \frac{(1 + \alpha)}{(1 - \alpha)}$$

Figura 9

II.2.1.3 O Capital Constante no Departamento I

Marx descreve c_1 como o valor dos meios de produção consumidos ao longo do processo produtivo do produto mercadoria do departamento I e neste reaparece. Trata-se da parte da produção de I que não será consumida por II, mas sim destinada ao próprio departamento que a produziu (Marx, 1991).

A parcela da produção do departamento I em matéria mercadoria que repõe seu capital constante é negociada entre os capitalistas do departamento em inúmeras operações individuais (Figura 10)

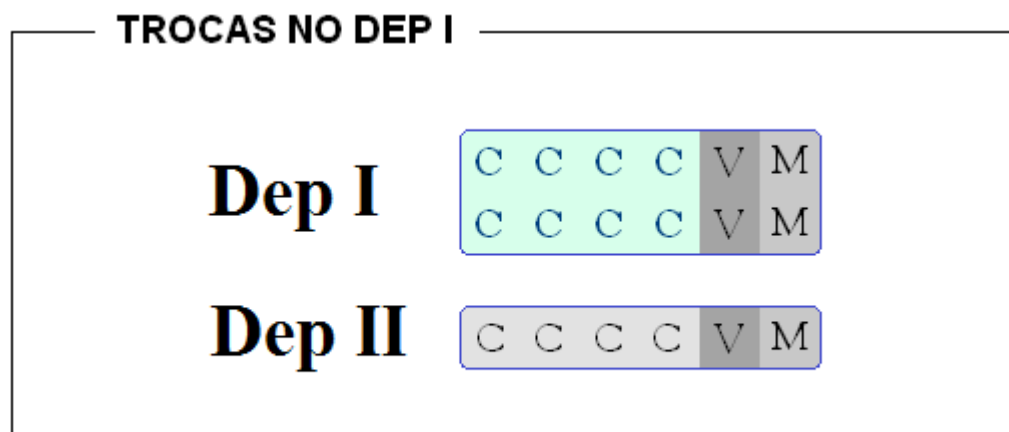


Figura 10

II.2.2 O Esquema de Reprodução Ampliada

Neste ponto o autor abandona a hipótese irrealista de uma economia equilibrada em um nível constante de produção e adiciona o crescimento econômico ao esquema, em outras palavras, a produção em escala variável e crescente.

Na reprodução simples, toda a mais-valia da economia era gasta como renda pelos capitalistas. Porém uma análise mais fiel a realidade considera que apenas parte dela tem essa função enquanto outra se transforma em capital.

Para Marx só há acumulação na reprodução ampliada, onde o objetivo final da produção capitalista é a obtenção de mais-valia e sua capitalização. Supor que, ao contrário, há acumulação

na reprodução em sua forma simples, é supor que ela se sustenta no consumo e que este seria o objetivo maior da produção, proposições falsas para o autor.

O esquema de reprodução ampliada tem as mesmas bases que as apresentadas no sistema simples, a mesma divisão em secções chamadas departamentos de acordo com a natureza de seu produto (destinado ao consumo produtivo ou individual) e a mesma caracterização da produção final de acordo com a correspondência em valor ao capital que lhe origina, seja pela simples transformação e transferência de valor (meios de produção e trabalho), seja pela criação de valor que excede o seu próprio valor (trabalho gerando mais-valia).

A principal mudança entre as duas abordagens é o comportamento do capitalista quanto ao uso de sua mais-valia. A mudança de perfil de consumo do capitalista altera a dinâmica de circulação e geração de capital e gera um modelo de produção em escala variável.¹¹

Ao ser vendida, a mais-valia corporificada em produto excedente transforma-se, nas mãos do capitalista, em dinheiro. Na abordagem simples, o padrão de consumo do capitalista o fazia gastá-la integralmente como renda, dividindo-a entre consumo de subsistência e consumo de luxo. Dado que a receita da venda do restante da produção ($Y - m = c + v$) pode apenas comprar meios de produção e pagar salários no mesmo valor que no período anterior, isto é, renovar o capital constante e variável no mesmo nível, o que se observa é a perpetuação do nível de produção em escala fixa.

Na análise ampliada, entretanto, este comportamento muda e a mais-valia passa a ter (total ou parcialmente) convertida em capital produtivo adicional, significando um maior input no próximo período e conseqüentemente um aumento no nível de produção.

O segundo livro de O capital direciona a abordagem tratando cada departamento separadamente e em seguida apresentando um exemplo numérico. Este trabalho seguirá a mesma fórmula.

¹¹ De forma análoga a descrição de acumulação em nível individual descrita no Livro I

II.2.2.1 A Acumulação no Departamento I

É natural que os capitalistas não direcionem a cada período uma parcela de sua mais-valia a converter-se em capital produtivo, mas que prefiram entesourar essa parcela em capital-dinheiro, período a período, até que o montante seja suficiente para materializá-la em capital produtivo e haja efetiva acumulação e ampliação da produção.

Em uma economia é sensato imaginar que os inúmeros capitalistas individuais de um setor tenham seu capital distribuído entre as diferentes fases deste processo de transformação da mais-valia, isto é, em determinado momento alguns capitalistas estão entesourando e outros estão ampliando seu capital, seja acrescentando-o a seu capital atual, seja destinando-o em novos empreendimentos.

Embora em princípio o entesouramento signifique uma diminuição do dinheiro em circulação, já que decorre de uma venda sem compra subsequente¹², ele permite que outros capitalistas possam fazer o oposto (realizar compras sem vendas em contrapartida) apenas colocar dinheiro em circulação¹³.

Essas operações unilaterais só são possíveis por se tratar de uma economia que não é baseada em escambo, logo a circulação de um produto não depende necessariamente que determinada compra seja seguida por uma venda e vice-versa.

II.2.2.1.a O Capital Constante Adicional

O produto excedente do departamento I seria, na reprodução simples, integralmente destinado a reposição do capital constante necessário para a produção de bens de consumo (secção II). Na reprodução ampliada, ao contrário, a produção de I cujo valor é gerado pelo excedente do trabalho passa a ser destinado prioritariamente à reposição do capital constante do próprio departamento I, restando à secção II apenas uma parcela de tal produção excedente.

¹² O entesouramento implica que o dinheiro deixe sua função de meio de troca e assuma sua função de tesouro como novo capital-dinheiro virtual em formação, mas não há nenhuma relação de causalidade entre a variação deste capital-dinheiro e a quantidade de metal que um país possui

¹³ Os capitalistas, que após um período de entesouramento, colocam esse tesouro em circulação.

Observa-se que agora parte do trabalho excedente de I converte-se em capital constante adicional de I.

Como dito, os vários capitalistas de I encontram-se divididos em duas fases do processo de transformação de mais-valia em capital produtivo adicional: a fase de entesouramento (venda unilateral) e a fase de conversão de capital-dinheiro em capital produtivo adicional (compra unilateral). Surge, porém o questionamento sobre a origem do dinheiro utilizado pelos capitalistas que agora o materializam em capital produtivo adicional. Dizer que vem da acumulação por eles realizada na fase anterior (entesouramento) é entrar em um ciclo vicioso (com que dinheiro foi comprado seu produto excedente?).

Assim como na acumulação simples os capitalistas faziam uso de certo montante de dinheiro para adiantamentos que viabilizavam as trocas de seus produtos, na acumulação ampliada os capitalistas de I também o utilizam, podendo assim transformar (parte de) seu produto excedente em capital-dinheiro adicional e alternadamente transformar este em capital produtivo adicional.

II.2.2.1.b O Capital Variável Adicional

Um dos pressupostos utilizados para sustentar a transformação da produção excedente em capital variável adicional garante que sempre haverá força de trabalho disponível e que é possível mobilizar mais trabalho sem que seja para tal necessário mobilizar maior número de trabalhadores ou maior massa de força de trabalho (Marx, 1991):

“A fração transformável em capital variável, do capital-dinheiro novamente constituído, encontrará sempre a força de trabalho em que se converter.” (MARX, *idem* pp. 533)

O acréscimo de capital variável é resultado de um aumento do trabalho mobilizado no departamento I. Tal aumento só se faz possível graças à venda de parte do produto excedente de I aos capitalistas de II, que disponibilizam o capital-dinheiro que irá compor o salário adicional de I e que por sua vez retornará ao departamento II via consumo de trabalhadores de I.

II.2.2.2 A Acumulação no Departamento II

O novo comportamento dos capitalistas do departamento I [entesourar por meio de vendas de sua mais-valia, sem compras subseqüentes, para mais tarde convertê-la em capital produtivo adicional] significa superprodução no departamento II.

Como visto no esquema de reprodução simples, a recomposição de seu capital constante depende da compra da produção de I cujo valor corresponde ao capital variável e mais-valia de I. Para tal, os capitalistas de II venderiam seus produtos (bens de consumo) de mesmo valor aos trabalhadores e capitalistas de I. Embora o comportamento dos trabalhadores do departamento I não se altere e as operações entre eles e os capitalistas de II sejam realizadas normalmente, a venda unilateral de parte da mais-valia desejada pelos capitalistas de I significarão para os capitalistas daquela secção a impossibilidade de adquirir produtos que renovem seu capital constante, formando de estoques.

O resultado é que as mudanças em I terão impacto direto na organização de II, que terá que realocar seu capital de maneira a se adequar a nova oferta de meios de produção disponibilizada pelos capitalistas de I, determinando assim os limites da acumulação no departamento produtor de bens de consumo.

“Em virtude desta suposição, as atividades dos capitalistas do departamento II serão determinadas pelo comportamento do departamento I e pelas equações de equilíbrio cuja satisfação assegura que se cumpram todos os pressupostos” ¹⁴ (DESAI, 1980. pp. 123)

Para ilustrar as mudanças estruturais no processo de circulação ampliada em relação à reprodução simples e explicar como se dá a dinâmica da produção em escala ampliada, Marx propõe um exemplo numérico e algumas hipóteses que visam apenas eliminar as incógnitas do sistema, isto é, não representam uma regra de comportamento, apenas constroem o exemplo.

¹⁴ “En virtud de este supuesto, las actividades de los capitalistas del departamento II resultan completamente determinadas por el comportamiento del departamento I y las ecuaciones de equilibrio cuya satisfacción asegura que todos los supuestos se cumplan.”

A economia aqui tem uma produção total, em valor, de 9.000 Sendo 6.000 produzidos pelo departamento I e 3.000 pelo departamento II. A composição orgânica do capital de I é de $\frac{4}{5}$, enquanto no segundo departamento, $\frac{2}{3}$. Com o objetivo de tornar o cálculo possível, assume-se que não há ganho tecnológico ou outra forma de reestruturação da forma de produção, logo as composições orgânicas de ambos os departamentos são consideradas fixas, assim como a taxa de mais-valia, que por motivos de simplicidade, será considerada 100%.

Neste momento, Marx propõe a passagem para a reprodução ampliada e escolhe arbitrariamente que 50% da mais-valia do departamento I será gasto como renda e a outra metade será transformada em capital produtivo adicional.

A circulação descrita na reprodução simples quanto ao produto de valor correspondente ao capital constante no departamento I não sofre alterações neste esquema, logo as trocas entre capitalistas de I negociando meios de produção de meios de produção correm naturalmente.

No exemplo, 500 da mais-valia de I mantêm seu comportamento e juntamente com os 1000 correspondentes ao capital variável de I efetuam trocas normalmente com II, vendendo-lhe seus meios de produção e comprando bens de consumo.

Os 500 da mais-valia que se transformará em KPA deve ser dividido entre as duas formas de capital de modo a não alterar a composição orgânica vigente (por suposto). Assim $\frac{4}{5}$ de 500 serão acrescidos ao capital constante de I. Por já se tratar de meios de produção (a mesma matéria que compõe o capital constante) ocorrem apenas trocas entre capitalistas do departamento I deslocando esse novo capital constante. Por este cálculo, $\frac{1}{5}$ de 500 serão destinados ao aumento do capital variável de I, entretanto, isto só será possível mediante a venda desses meios de produção para os capitalistas de II, de maneira a obter o dinheiro que irá compor o salário correspondente ao pagamento do trabalho acrescido.

No departamento II, a oferta de apenas 1500 em meios de produção por parte de I significou uma reestruturação de seu capital produtivo¹⁵ ($c=1500$; $v=750$; $m=750$) que mantém constante o valor de seu produto final ($y'=y=3000$). Contudo, os capitalistas de I precisam recompor seu capital variável e para tal vender meios de produção no valor de 100. Desta operação surge o capital constante adicional do departamento II. Para manter a composição orgânica de seu capital, os capitalistas de II devem também aumentar seu capital variável (no caso, no valor de 50) aumentando o trabalho empregado em sua produção e destinando dinheiro no mesmo valor para aumentar o montante de salários que vai remunerar os trabalhadores. Assim observa-se a reestruturação do capital de forma a alcançar, no próximo período, um produto em nível maior. A seguir o quadro explicita a reprodução ampliada de acordo com o exemplo numérico dado por Marx (Figura 11)

¹⁵ Marx parece ignorar as dificuldades inerentes a essa reorganização de capital pela qual o departamento II seria forçado a se submeter. Dada a heterogeneidade do capital, essa reorganização pode ser extremamente danosa ao processo produtivo, ao menos no período em questão. Esse assunto (a controvérsia do capital), que excede o escopo deste trabalho, será um argumento crítico a escola marginalista

EXEMPLO NUMÉRICO

| Ano | Departamento | K constante | K variável | Mais-valia | Output |
|-------------------------|--------------|-------------|------------|------------|--------|
| Ano 1 <i>ex ante</i> | Dep. I | 4000 | 1000 | 1000 | 6000 |
| | Dep. II | 1500 | 750 | 750 | 3000 |
| Ano 1 <i>ex post</i> | Dep. I | 4400 | 1100 | 500 | 6000 |
| | Dep. II | 1600 | 800 | 600 | 3000 |
| Ano 2 <i>ex ante</i> | Dep. I | 4400 | 1100 | 1100 | 6600 |
| | Dep. II | 1600 | 800 | 800 | 3200 |
| Ano 2 <i>ex post</i> | Dep. I | 4840 | 1210 | 550 | 6600 |
| | Dep. II | 1760 | 880 | 560 | 3200 |
| Ano 3 <i>ex ante</i> | Dep. I | 4840 | 1210 | 1210 | 7260 |
| | Dep. II | 1760 | 880 | 880 | 3520 |
| Ano 3 <i>ex post</i> | Dep. I | 5324 | 1331 | 605 | 7260 |
| | Dep. II | 1936 | 968 | 616 | 3520 |
| Ano 4 <i>ex ante</i> | Dep. I | 5324 | 1331 | 1331 | 7986 |
| | Dep. II | 1936 | 968 | 968 | 3872 |
| Ano 4 <i>ex post</i> | Dep. I | 5856,4 | 1464,1 | 665,5 | 7986 |
| | Dep. II | 2129,6 | 1064,8 | 677,6 | 3872 |

Figura 11

Adaptado de Desai, 1980

CAPÍTULO III- ROSA LUXEMBURGO

Após a apresentação da teoria sobre a dinâmica de reprodução e circulação de capital exposta no segundo livro de O Capital, seguem sua principal crítica e solução, as quais foram desenvolvidas não por um crítico da teoria de Marx como um todo, mas de uma de seus mais conhecidos entusiastas. Rosa Luxemburgo, conhecida teórica marxista e importante militante política, desejava escrever um texto que explicasse a teoria econômica de Marx e a tornasse mais aprofundada. Esse projeto de divulgação da teoria econômica de Marx, entretanto, encontrava-se diante de um obstáculo: a dificuldade prática da explicação, a qual inicialmente Luxemburgo acreditava ser uma dificuldade sua de expor o pensamento com clareza e contextualização. Após minuciosa análise a autora identificou que se tratava, na realidade, de um problema teórico de inconsistência nos escritos do segundo livro da principal obra de Marx. Daí originou-se sua crítica e sua proposta de solução para o problema do modelo de circulação e reprodução proposto em O capital e surgiu uma das principais obras da autora (A acumulação de capital).

III.1 A Crítica de Rosa Luxemburgo

Para Rosa Luxemburgo o primeiro esquema de circulação proposto descreve um capitalismo cujo comportamento é restrito a uma excepcionalidade. Apesar de adaptar-se tanto a economia planificada como a de mercado, o esquema de reprodução simples não passa de um postulado teórico, importando apenas como a base do modelo ampliado. Por este motivo a autora se dedica mais profundamente ao modelo em sua forma mais próxima da realidade, o esquema de reprodução ampliada. Após confirmar a viabilidade do modelo no caso de uma economia planificada, ela volta ao modelo sob a ótica capitalista e decorre sobre o que são, em sua opinião, as principais falhas e incoerências do esquema ampliado.

O esquema proposto por Marx apresenta um crescimento equilibrado do capitalismo¹⁶, algo que, para Rosa além de ser irrealista, depende de pressupostos bastante restritivos. Para ela o sistema capitalista implica necessariamente crescimento cíclico, sujeito às crises de acumulação e

¹⁶ Com taxa de crescimento constante

marcado por crescimento desigual entre setores, características não observadas no modelo de apresentado no segundo livro do Capital.

Chama a atenção o fato de todo o processo de acumulação e sua amplitude serem decorrentes da decisão de capitalização feita pelos capitalistas de I, cabendo ao departamento II comportar-se de maneira a viabilizar o projeto dos outros capitalistas¹⁷.

É decidido arbitrariamente o percentual da mais-valia do departamento de meios de produção que será capitalizado, de forma a determinar os limites da acumulação no departamento de meios de consumo. O departamento I, assim, diminui a oferta de meios de produção ao departamento II (destinando-os a seu próprio setor) e não realiza a demanda correspondente por seus meios de consumo (realizando-a com meios de produção). Apenas quando precisa vender seus produtos para compor seu capital variável adicional¹⁸ volta a negociar essa mais-valia capitalizada com os capitalistas de II.

Também não parece haver uma preocupação com a questão de formular um sistema de preços adequado a teoria, o autor se mantém limitado a uma análise de valor até a conclusão e ele só volta a tratar do assunto no livro III.

A explicação para a dinâmica do processo de circulação de capital exposta por Marx é, além de incompleto, inconsistente com algumas das mais conhecidas conclusões obtidas a partir da teoria marxista como a tendência de queda da taxa de lucro; tendência a aumento da taxa de composição orgânica do capital e o conseqüente crescimento do exército industrial de reserva.

Entretanto, o principal questionamento de Rosa Luxemburgo a cerca da dinâmica envolvida no esquema ampliado é saber qual seria o ponto de partida do processo de acumulação. O esquema ignora mudanças tecnológicas e de métodos de produção, deixando de fora do modelo a constante busca de superação da concorrência (um claro incentivo a acumulação). Qual seria

¹⁷ O que inclusive gerou erros de interpretação da teoria, que indicava uma causalidade matemática, mas não necessariamente significava uma causalidade lógica. A política de planejamento econômico soviética foi fortemente centrada em investimentos no Departamento I devido às influências desta interpretação (segundo Desai)

¹⁸ Uma vez que não pode compor o capital variável adicional com meios de produção

então a força por trás do processo de acumulação ou, em outras palavras, o que motiva o capitalista (de I)¹⁹ a acumular?

Mesmo descrevendo as condições materiais, o modelo não justifica a decisão de acumulação, na medida em que não explicita a condição principal que além de possibilitá-la representa um real incentivo ao capitalista, para a autora, uma demanda adicional:

“As condições de acumulação por nós enumeradas não são mais do que as condições sem as quais não pode haver acumulação. (...) Requer-se uma condição adicional para garantir que a acumulação possa ocorrer realmente e a produção expandir-se: a demanda efetiva²⁰ pelas mercadorias também tem que aumentar.” (LUXEMBRUGO, 1970. pp.131)

Ela identifica a clara dependência entre os dois setores da economia para a acumulação: o departamento II precisa dos meios de produção de I para compor seu capital constante adicional e I, por sua vez, precisa de meios de consumo para seus trabalhadores adicionais. Assegurar essas condições, entretanto, não garante um desencadeamento automático e o sucesso da acumulação, é preciso que haja também um aumento de demanda por mercadoria, complementado pela capacidade de pagamento que o efetue. E qual seria a origem dessa demanda adicional?

O modelo não permite a hipótese do desejo de consumo do capitalista desencadear o processo de acumulação, pois este não se lançaria em seus empreendimentos visando o consumo pessoal, mas sim o próprio capital acumulado²¹. Além disso, o processo de acumulação implica necessariamente que o capitalista (ao menos num primeiro momento) diminua seu consumo, uma vez que passa a capitalizar parte de sua mais-valia antes gasta como renda.

Semelhantemente, não é coerente atribuir tal motivação de aumento de produção no Departamento I a um aumento da demanda do trabalhador por meios de consumo, pois, esse consumo está restringido ao valor do salário que recebe, i.e. limita-se ao capital variável. Tal suposição seria, de fato, uma inversão da causalidade como explica Miglioli:

¹⁹ Já que parte dos capitalistas deste departamento a decisão de acumulação.

²⁰ Antecipação importante de um conceito que no futuro dominaria a teoria econômica

²¹ Pressuposto firmado por Marx quanto à motivação da produção no sistema capitalista.

“(...) não é o crescimento do montante de salários na economia como um todo que provoca o crescimento da produção; muito pelo contrário, o montante de salários cresce em função do processo de reprodução ampliada, como resultado da acumulação de capital nos dois departamentos.” (pp.167)

Além disso, significaria um absurdo incompatível com a lógica capitalista: produzir meios de consumo para alimentar trabalhadores e produzir meios de produção para ocupá-los não parece fazer parte das preocupações de capitalistas normais

Assim, significaria entrar em um círculo vicioso: os meios de produção adicionais de I suprem a demanda adicional do departamento II, que deseja aumentar sua produção de bens de consumo, por sua vez demandados pelos trabalhadores adicionais empregados em I.

Outra alternativa para explicar o aumento de demanda que impulsiona o aumento de produção do departamento I é o aumento populacional. Há, porém, vários fatores que dificultam crer nesta explicação: que classe estaria crescendo? A dos trabalhadores ou de capitalistas? Como seria sua introdução ao sistema? Marx elimina a proposta de resposta pela demanda de uma terceira classe, uma vez que na realidade o consumo das outras classes (que não se enquadram nem como trabalhadores nem como capitalistas) está circunscrito ao consumo realizado por meio de salários e mais-valia, já que sua renda é composta e seu consumo originado por dízimos (Igreja); impostos (Estado, exército); renda da terra (proprietários de terra).

Uma “cartada” seria o comércio exterior, mas esta hipótese não deve ser relevada, pois, em primeiro lugar só serviria para o caso de um país inicialmente isolado economicamente e segundo não seria uma boa solução para o problema simplesmente transferi-lo a outro país. Além disso, se tratarmos do modelo como um esquema da economia mundial a solução desaparece.

A demanda adicional deve, então, partir da classe capitalista, mas não com objetivo de expansão de seu consumo individual e sim por motivos de expansão produtiva em si, o que para Luxemburgo não basta para solucionar a questão. Para ela, esta solução é inconsistente e simplesmente cria um ciclo vicioso sem resposta para a origem da demanda adicional:

“E quem requer estes adicionais meios de produção? O esquema explica que o Departamento II necessita deles a fim de produzir bens de consumo em maiores

quantidades. Mas, então, quem requer estes adicionais bens de consumo? O departamento I, é claro _ responde o esquema_, porque agora este departamento emprega um maior número de trabalhadores. Evidentemente estamos girando em círculos.”(LUXEMBURGO, 1970. pp.132)

Percebemos que o problema se mantém e o modelo permanece sem explicar como os capitalistas conseguem realizar sua mais-valia por vendas mútuas; como o sistema poderia ser livre de crises; como são evitados os problemas de realização ou os limites a acumulação (contradizendo, inclusive, o próprio autor em distintos escritos). O foco da descrição do sistema no terceiro livro contrasta completamente das conclusões obtidas do modelo apresentado no segundo livro.

III.2 A Solução de Rosa Luxemburgo

Após afastar as falsas soluções para o problema, Rosa Luxemburgo busca uma solução nos próprios escritos de Marx (capítulos 8 e 9 de Acumulação de Capital) mas não a encontra (como esperado, já que para Marx esta questão não fora formulada). Para ela, Marx tem foco apenas na fonte monetária que possibilita a realização da mais-valia, enquanto o verdadeiro problema é a demanda que o faça.

Marx explicita os próprios capitalistas como demandantes dessa produção excedente, mas essa explicação é insatisfatória para Luxemburgo que vê um círculo vicioso ao invés de uma solução.

Após eliminar ambas as classes que compõem a economia capitalista, resta a Luxemburgo como fonte de demanda aquelas originárias do que a autora viria a chamar de mercados externos, um conceito econômico e social, não geográfico, (independe de fronteiras nacionais).

“(…) o mercado interno é o mercado capitalista, em que a produção compra seus próprios produtos e supre seus próprios elementos de produção. O mercado externo é o contexto social não capitalista, que absorve os produtos do capitalismo e fornece bens de produção e força de trabalho para a produção capitalista.” (LUXEMBURGO, *idem* pp.132)

Os exemplos de mercados externos são os constituídos pelos governos (gastos governamentais, dos quais a autora destaca os militares e dedica um capítulo praticamente inteiro a esse tema) e os da chamada “economia natural” (economia de países colonizados; agricultura camponesa; produção artesanal etc). As funções principais desses mercados são a absorção da parte não consumida da mais-valia; o fornecimento (ao sistema capitalista) de “elementos materiais necessários para a expansão da produção” (p. 355) e fornecimento de trabalho vivo que possa ser mobilizado para atender as demandas do capital²² (p. 359)_ seja pela migração de trabalhadores de regiões pré-capitalistas para áreas capitalistas²³, como colônias de países imperialistas, seja pelo emprego na produção capitalista de trabalhadores antes inseridos num contexto não capitalista.

No primeiro volume do *Capital*, Marx destaca o papel dos mercados externos na formação do operariado industrial nos primórdios do capitalismo, em sua fase de transição da economia feudal, mas Luxemburgo discorda da limitação de sua importância a esta fase inicial e o considera usual mesmo em uma economia capitalista plenamente desenvolvida. Marx não pode chegar a essa conclusão devido a sua hipótese de “universal e exclusivo domínio do modo capitalista de produção” o qual dificultará a circulação em sua teoria. A resposta de Rosa Luxemburgo (longe de compartilhar a idéia de Marx de uma vigência universal do capitalismo) seria, ao ver da própria autora, coerente com a teoria de Marx em seu âmbito mais extenso.

Ela considera, pois, o esquema de reprodução ampliada de Marx correspondente a uma fase específica do desenvolvimento capitalista, sua fase final, aquela na qual o modo de produção capitalista finalmente se estende e atinge todos os chamados mercados externos. Este fato reduz o esquema em questão a uma mera ferramenta teórica²⁴, já que não representa um momento histórico concreto e na situação particular em que o faz torna a circulação impossível e não uma representação fiel da realidade capitalista como almejava Karl Marx.

“O esquema de reprodução ampliada de Marx não se conforma às condições de acumulação em seu processo real. (...) a acumulação é mais do que uma relação interna entre os ramos da economia capitalista; ela é, antes de tudo, uma relação entre

²² Reformulação do conceito de exército industrial de reserva

²³ Exemplo dos cercamentos na Inglaterra

²⁴ Assim como o esquema simples

o capital e um contexto não capitalista (...). O esquema de acumulação de Marx é apenas o reflexo teórico do preciso momento em que o domínio do capital atinge seus limites, e, nesse sentido, não é menos ficção do que seu esquema de reprodução simples, o qual apresenta a formulação teórica do ponto de partida da acumulação capitalista. A definição precisa da acumulação capitalista e de suas leis se situa em algum lugar entre estas duas ficções.” (LUXEMBURGO, *ibidem*. pp.417-418.)

Vemos assim que ao mesmo tempo em que estrutura sua solução para o problema de demanda adicional que realize a mais-valia adicional, Luxemburgo desconstrói o esquema de reprodução ampliada de Marx como um modelo viável para a representação do fenômeno de circulação e reprodução do capital numa economia capitalista como a conhecemos de fato. Ao introduzir a idéia de interação entre o capital e setores não capitalistas ela está na verdade caracterizando a economia capitalista pelo menos em seu contexto históricos mais relevante (antes deste dominar a economia tornando-se absoluto).

III.3 Erros e Acertos na Formulação de Rosa Luxemburgo

Ao descartar a possibilidade dos capitalistas absorverem a mais-valia, Rosa Luxemburgo acreditava estar sendo levada a um ciclo vicioso, mas talvez isso não ocorra na argumentação de Marx, mas sim na própria economia. Ela simplesmente se recusa a aceitar que os capitalistas possam acumular parte de sua mais-valia vendendo uns aos outros, desconsiderando inclusive o que Marx explicita em vários momentos de sua teoria: o capitalista não necessariamente precisa realizar para acumular. A ampliação de capital pode ocorrer por meio do uso de uma máquina produzida por ele mesmo ou, no caso do setor capitalista como um todo, só é preciso vender entre si. Esse argumento torna desnecessário todo o desenvolvimento teórico das chamadas “terceiras pessoas” (mercados externos) por Luxemburgo.

Quanto à motivação para a acumulação, a qual ela não verifica, a teoria de Marx “responde” com o fato de que, para vender mais e aumentar seu lucro, o capitalista não precisa realizar sua produção mediante a venda a terceiros. É perfeitamente factível a realização mediante a venda para seus pares (outros capitalistas). No nível de abstração proposto no modelo Marxista não haveria empecilhos a acumulação.

Ao tentar explicar a acumulação como uma tendência ela acaba eliminando da teoria de

Marx a contradição entre a criação e a realização de mais-valia (dado o excesso de oferta, por parte dos capitalistas, sobre a demanda mencionada por Marx).

Entretanto não seria correto desmerecer sua proposta como um todo, afinal o fato de acrescentar fundamentos não essenciais a teoria de Marx não invalida a importância de tais fundamentos a economia capitalista historicamente. Além disso, é mister sua preocupação com a demanda e seu destaque para a questão da demanda efetiva, frequentemente negligenciada na teoria de acumulação.

Ressaltar a relação que a esfera capitalista mantém com o mundo não capitalista também é um fator de destaque para as formulações de Luxemburgo, assim como a idéia da crescente importância que os mercados externos passam para as economias capitalistas ao longo de seu desenvolvimento.

Dessa maneira avalia-se como positivo o saldo da contribuição contida na obra de Luxemburgo que referencia essa pesquisa.

CONCLUSÃO

Nenhuma construção teórica está livre de erros e tampouco de críticas. A pesar de evidentemente nenhum dos modelos apresentados ser considerado irrefutável, esse trabalho mostrou como a idéia de reprodução e circulação da produção avançou devido ao estudo de Quesnay, Smith, Marx e Luxemburgo.

Independentemente dos erros de avaliação e das negligências cometidas, todos os trabalhos significaram um crescimento ao estudo em questão devido às formulações originais e/ou críticas contundentes presentes em seus trabalhos.

Além disso, a explicação desses fenômenos tratados à luz da visão de cada de cada autor exige a sistematização de seus pressupostos teóricos e a apresentação de outras definições e caracterizações, contribuindo também para uma noção mais ampla da economia capitalista que existe na concepção desses que são alguns dos principais nomes da economia política.

Por fim este trabalho sintetizou, organizou e relacionou de maneira objetiva e sucinta formulações sobre reprodução e circulação de capital desenvolvidas ao longo de séculos.

BIBLIOGRAFIA

BRUE, Stanley L. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Thompson, 2004.

DESAI, Meghnad. **Lecciones de Teoría Económica Marxista**. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 1980.

LUXEMBURG, Rosa. **A Acumulação de Capital**: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: o processo de circulação de capital. Livro 2, Volume III. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

MARX, Karl. **O Capital**: teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico. Livro 4, Volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MIGLIOLI, Jorge. **Acumulação de Capital e Demanda Efetiva**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1981.

NAPOLEONI, Claudio. **Smith, Ricardo, Marx**, Rio de Janeiro: Graal, 2000.

QUESNAY, François. **Quadro Econômico dos Fisiocratas**. Porto Alegre: Nova Cultural, 1996.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas)